

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA

Às nove horas e vinte minutos do dia cinco de abril de dois mil e seis, na Sala de Reunião do Edifício Sede do Ministério da Justiça, deu-se início a 138ª Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. A abertura dos trabalhos foi feita pelo Senhor Presidente José Fernando da Silva, representante da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais e contou com a presença dos conselheiros titulares: Maria das Graças Fonseca Cruz (Marilene), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Antonio Pereira da Silva Filho, Confederação Geral dos Trabalhadores; Helder Delena, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Miriam Maria José dos Santos, Inspetoria São João Bosco / Salesianos; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e Ensino; Marta Marília Tonin, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Lodi Uptmoor Pauly, Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente; Renato Roseno de Oliveira, Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; José Eduardo Elias Romão, Ministério da Justiça; Elisabete Borgianni, Conselho Federal de Serviço Social; Eduardo Basso, Ministério da Previdência Social; Sandra Pagel, Ministério da Educação; Luís Fernando de Lara Resende, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Rogério Baptista Teixeira Fernandes, Ministério da Fazenda; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde; Amarildo Baesso, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Conselheiros Governamentais Suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia: José Eduardo Andrade, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Júlia Galiza de Oliveira, Ministério da Justiça; Napoleão Alvarenga, Ministério da Cultura; Mariana Bandeira de Mello, Casa Civil da Presidência da República; Luciana Cecco, Ministério do Esporte; Luseni Maria Cordeiro de Aquino, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Deuzinéa da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego; Andréa Giovannetti, Ministério das Relações Exteriores. Tendo em vista a ausência justificada da representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos foi convocada e esteve presente a conselheira Maria Izabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores. Conselheiros Suplentes Não Governamentais presentes: Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de Pediatria e José Ricardo Calza Caporal, Associação Cristã de Moços; Maria Luiza Moura Oliveira, Conselho Federal de Psicologia; Marilene Pedroza, Federação Nacional das Apaes; Maria Carolina da Silva, Visão Mundial. I – Abertura dos Trabalhos: O Senhor Presidente fez a abertura dos trabalhos cumprimentando a todos e em seguida submeteu a Pauta à plenária tendo sido a mesma aprovada, com a inversão do item informe para o primeiro dia de trabalho, conforme segue: II – Informes: 1) A conselheira Maria das Graças (Marilene) apresentou a Cartilha, de orientações para registro de entidades e inscrição dos programas de atenção aos direitos da criança e do adolescente, solicitando o seu encaminhamento à Comissão de Legislação e Regulamentação para parecer, que deverá verificar a compatibilidade com as deliberações do Conanda sobre o tema; 2) A conselheira Elisabete solicitou esclarecimentos sobre a inclusão do nome do Senhor MV Bill da Central Única das Favelas na pauta, sem consulta prévia aos conselheiros. Foi esclarecido pelo Senhor Presidente que a referida inclusão fora sugestão do Senhor Ministro Paulo Vannuchi, tendo sido consultada a Secretaria Nacional de Segurança Pública, que concordou em compartilhar a agenda sobre “Violência praticada contra Criança e Adolescente”, conforme decisão da plenária do mês passado. A conselheira solicitou ainda que, fosse repassada aos conselheiros a íntegra do debate sobre Conselhos Tutelares ocorrido na Assembléia anterior com a participação do Consultor Wanderlino bem como, o debate com o Senhor Mauricio Vian, que será realizado no dia de hoje. O conselheiro Paulo se comprometeu a repassar os documentos solicitados. 3) O conselheiro Renato pediu que o Conanda solicitasse o relatório das visitas às Unidades de Internação para Adolescentes Infratores de dezesseis

Estados pelas Instituições, Ordem dos Advogados do Brasil –OAB e Conselho Federal de Psicologia. O Senhor Presidente complementou que o referido relatório fosse repassado ao GT sobre Medidas Sócioeducativas da Comissão de Políticas Públicas. O conselheiro Renato solicitou ainda informações sobre as negociações em torno do número do Disque Denúncias. Neste sentido, o conselheiro Amarildo esclareceu que as articulações estavam em andamento e que, as perspectivas eram para migração do prefixo para o nº 100 visto que alguns operadores já vinham atuando com o mesmo. Acrescentou que haveria uma reunião neste dia para decidir o assunto. No tocante ao Fundeb o conselheiro Renato falou das emendas propostas pelo Congresso Nacional e propôs retomar o debate sobre o assunto. O Senhor Presidente recomendou que a Comissão de Legislação apresentasse alternativas para reunião com a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e com o MEC para discutir o assunto. Com relação ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, o conselheiro propôs oficina de estudos para discutir questões de ordem jurídica e conceitual do Plano, tendo sido aprovado;

4) O Secretario Executivo Paulo Marques informou que a assessora técnica Graça Catanhede estava retornando ao seu órgão de origem, destacando o seu relevante trabalho junto à Comissão de Políticas Públicas. O presidente propôs que a Secretaria do Conanda elaborasse um ofício de agradecimento pelos relevantes serviços prestados pela Graça ao Conanda. Informou ainda que com a sua saída a assessora técnica Bernadete passará a assessorar a referida Comissão e o assessor Fernando Bezerra integrará a Comissão de Legislação e Regulamentação. Informou, também, o recebimento do documento contendo as deliberações da V Conferência Nacional do CNAS;

5) O conselheiro Helder solicitou cópia do Sinase contendo as últimas correções propostas pela plenária e lembrou que a data assumida (final do mês de março) para a entrega do Sinase já havia passado. O conselheiro Paulo esclareceu que o documento estava sendo concluído para rerepresentá-lo ao Conanda na Assembléia do próximo mês de junho.

6) O conselheiro Cláudio apresentou documento contendo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade do Rio de Janeiro criando o Programa de Investimentos Sociais para Criança e Adolescentes – Pisca, bem como, das diretrizes para a utilização dos recursos do Fundo Municipal do mesmo Conselho. O conselheiro pediu parecer da Comissão de Orçamento sobre o assunto;

III – Oficina para subsidiar a elaboração dos parâmetros para criação e execução dos fundos para a infância e adolescência e para regulamentação de transferências de recursos fundo a fundo com a assessoria do Consultor Mauricio Vian: Primeiramente o Senhor Presidente apresentou os objetivos da oficina e em seguida passou a palavra ao Consultor Maurício para a explanação sobre o tema. O Consultor cumprimentou a todos fazendo uma rápida retrospectiva de sua atuação na área da criança e do adolescente destacando a sua prioridade na área orçamentária. Elogiou a iniciativa, ressaltando a grande demanda dos Conselhos dos Direitos para que o Conanda estabelecesse esses parâmetros os quais, irão reforçar as dotações orçamentárias dos fundos dos direitos. Por fim, parabenizou os conselheiros por fazerem parte deste conceituado Colegiado. Em seguida, o Consultor apresentou um roteiro abordando algumas das principais sugestões de conteúdos para nortear a elaboração da Resolução para criação dos parâmetros, conceituando cada um deles e inclusive, fundamentando a base legal a ser citada no referido documento. O Presidente abriu o debate, tendo sido registrado os pontos mais relevantes, conforme segue:

a) quais os impedimentos para utilização da “verba casada” do fundo e quais são os fundamentos jurídicos e éticos dessas doações;

b) qual a viabilidade da destinação dos recursos do fundo para as políticas públicas, considerando as dificuldades de transferência fundo a fundo;

c) se o controle dos recursos do fundo são feitos pelo órgão ao qual o Conselho está vinculado, como fica a situação quando há desvios desses recursos;

d) o que fazer diante das dificuldades de repasse de recursos fundo a fundo por falta de legislação específica para tal fim;

e) se os recursos do fundo só podem ser aplicados em programas de proteção especial, como o Conanda pode aceitar os projetos esportivos sociais;

f) em que situações o fundo poderá financiar ações já que as mesmas são pontuais;

g) sugestões para que os recursos do fundo sejam aplicados em ações de controle social. O Consultor Maurício respondeu aos questionamentos ressaltando que, compete ao Conanda estabelecer as normativas para a transferência. No caso de “verba casada” ou indicação de projetos pelo doador, o consultor alegou que são os Conselhos que devem deliberar sobre o assunto, ou seja, se concordam ou não com a indicação. O Conselho pode estabelecer prioridades ou eixos de ações para aplicação dos recursos. No caso de desvios de recursos, frizou que a responsabilidade e o controle deverão ser do

órgão que está repassando os recursos. Do ponto de vista do Consultor os Conselhos devem viabilizar os recursos para garantir todos os direitos das crianças e adolescentes. Com relação ao repasse de recursos do fundo para atender as políticas públicas o conselheiro Cláudio se posicionou contrário citando como exemplo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Cidade do Rio de Janeiro para captação de recursos destinados às políticas públicas, considerando ilegal este procedimento. Para o conselheiro, os recursos do fundo estão sendo pulverizados muitas vezes havendo retrocesso na sua destinação. O conselheiro Renato ponderou sobre a responsabilidade dos Conselhos, aos quais os fundos estão vinculados, em restituir esses direitos que as políticas públicas não conseguiram assegurar. O conselheiro propôs debate com tributaristas para aprofundar as questões mais complexas e mais polemicas. No que tange ao CNPJ do fundo, o Consultor esclareceu que o mesmo deve ter vinculação com o órgão ao qual o Conselho está vinculado administrativamente com ramificação para o fundo o que dará a sua independência, ou seja, uma conta desvinculada, no caso da conta única da Prefeitura, como exemplo. Considerando as várias propostas de aprofundamento de alguns itens debatidos, foi proposto e deliberado a execução de eventos para subsidiar a elaboração dos parâmetros conforme cronograma: mês de junho de dois mil e seis: debate na Assembléia do Conselho, com a participação de representantes da Receita Federal, Unafisco, Tesouro Nacional; mês de julho: Audiência Pública com a participação de tributaristas especializados no assunto e realização de consulta junto aos Conselhos de Direitos (Estadual, Distrital); mês de agosto: Encontro de Articulação com os Conselhos Estaduais, Municipais (das capitais) e Conselhos Tutelares, onde será pautado o assunto já com uma minuta dos parâmetros. Foi deliberado também, sobre a viabilidade de contratação de consultoria para assessorar os trabalhos da Comissão de Articulação e Comunicação na elaboração dos parâmetros e das recomendações.

IV – Trabalho das Comissões Temáticas – No período da tarde os integrantes das Comissões Temáticas se reuniram para tratar de assuntos específicos de suas áreas de atuação.

V – Reunião Conjunta Conanda / CNAS: A reunião foi realizada às dezoito horas, na Sala de Reunião do CNAS. O Secretário Nacional de Assistência Social, Senhor Osvaldo Russo de Andrade saudou o Conanda em nome do Senhor Ministro Patrus Ananias – MDS. O presidente do Conanda disse da alegria de participar desta Assembléia histórica, a primeira entre o Conanda e o CNAS. Lembrou que a deliberação conjunta dos 02 Conselhos Nacionais do Plano Nacional, será um exemplo para novas ações. Em seguida foram feitas às apresentações dos representantes dos dois Conselhos. A palavra foi franqueada aos conselheiros, tendo sido registrado os depoimentos que seguem: A conselheira Elisabete (Conanda) parabenizou os conselheiros do CNAS pelo acontecimento histórico, manifestando o seu desejo de que o mesmo se repetisse muitas vezes. Falou da reunião da Comissão de Articulação, realizada neste dia, com a Coordenação do Sipiá, em que fora apontado que o direito mais violado era o da convivência familiar e comunitária. O conselheiro Ademar (CNAS) falou dos princípios fundamentais estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e da importância da articulação para poder avançar e assegurar a dignidade das crianças e adolescentes. Para ele, o Conanda precisa assegurar a proteção integral da criança e do adolescente. Parabenizou a iniciativa dos dois Conselhos. A conselheira Maria da Graças (Marilene- Conanda) manifestou-se alegando que este momento era esperado com muita ansiedade e que o mesmo seria um reflexo para os Estados. Ela fez uma breve retrospectiva enfocando o início das discussões sobre abrigos e depois, as mesmas, foram avançando até chegar ao produto final que era o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Reiterou as palavras da conselheira Elisabete manifestando a alegria desse momento. A conselheira Dalila (CNAS) também falou dos avanços do Plano, alegando que era necessário a sociedade civil se comprometer com o grito dos excluídos, citando como exemplo o caso da rebelião da Febem – São Paulo. Falou da importância da intersoriedade dos Conselhos e o conselheiro “JB” (CNAS) complementou chamando a atenção para a necessidade dos Conselhos ocuparem os espaços, impedindo que os políticos usem os mesmos para fazerem caridade. A conselheira Rosângela Paes (CNAS) abordou a necessidade da construção de redes para o atendimento de crianças e adolescentes, capacitação e o controle social. O representante dos usuários no CNAS, pontuou a questão dos direitos do usuário mas ressaltou também, a importância e a necessidade da valorização dos profissionais que trabalham com os usuários, alegando falta de proteção. Citou como exemplo a Febem - São Paulo. A Presidente do CNAS, Senhora Márcia Pinheiro, informou que o texto do Plano Nacional deveria passar por uma adequação jurídica, propondo

o seu lançamento para o mês de julho próximo, aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. V

- Debate sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes: O Senhor Presidente abriu os trabalhos do segundo dia esclarecendo que o objetivo do debate decorreu em função de atos violentos contra crianças e adolescentes ocorridos nas cidades do Rio de Janeiro e do Recife, tendo sido deliberado pela plenária convidar a Secretaria Nacional de Segurança Pública para discutir o assunto e que o Senhor Ministro Paulo Vannuchi havia sugerido convidar o Senhor MV Bill da Central Única das Favelas para o referido debate, em função da repercussão do documentário “Falcão, meninos do tráfico” que era do conhecimento de todos. O Senhor Ministro cumprimentou a todos ressaltando a importância da adaptação da pauta para a inclusão do Músico Bill no debate. Esclareceu também que era objetivo da Secretaria-Geral da Presidência da República articular o desenvolvimento de políticas para a juventude. O Senhor Bill cumprimentou a todos fazendo um breve relato de sua vida e do seu privilégio de ter conhecido a música. Ressaltou que os recursos utilizados para produção do documentário foram oriundos de seus shows, com os quais puderam (ele e o seu produtor Celso Athayde) comprar os materiais necessários e saírem pelas favelas do país tendo sido registrada a vida de centenas de meninos que, viviam do tráfico, das drogas, sem nenhuma perspectiva de vida. Constatou-se que a realidade era a mesma em todos os locais; crianças e adolescentes pretos, pobres e muitas vezes com filhos. Foram entrevistados mais ou menos cento e cinquenta adolescentes. Destes foram selecionados dezessete, dos quais dezesseis haviam sido assassinados sendo que, o único sobrevivente salvou-se porque estava preso. Todos estes jovens tinham sonhos e queriam viver uma vida diferente. O músico Bill ressaltou a diferença das comunidades que tinham programas para jovens e das comunidades que não tinham nada. Foi destacado também que o adolescente sobrevivente tinha um sonho de ser palhaço e que quando descobriu que o mesmo estava vivo, descobriu também que o sonho dele estava aceso e que isto serviu de motivação para a apresentação do documentário. O Senhor Bill pediu licença para encerrar a sua fala, em razão do horário do seu embarque no Aeroporto. O Senhor Presidente abriu o debate, tendo sido registrado os seguintes pontos: a) a conselheira Maria Izabel falou da Campanha Nacional de Combate à Exploração Racial promovida pela CUT “Não Matem os Nossos Jovens – Deixe-os Crescer”, pedindo o apoio do Senhor Bill e da SEDH; b) o conselheiro Helder elogiou o trabalho da CUFA – Central Única das Favelas e indagou ao Senhor Bill se ele tinha dados sobre a violência institucional (polícia) praticada contra crianças e adolescentes pois, segundo informações a violência policial contra crianças e adolescentes mostrava um número de dezenove mil mortes e, por volta de mil e quatrocentas causadas por adolescentes. c) o conselheiro Romão parabenizou o músico não só pelo produto mas também, pela forma como foi feito o relato. Na oportunidade indagou sobre o seu relacionamento com a Rede Globo. O Senhor Bill alegou que não tinha dados precisos, mas esclareceu que os acontecimentos nas favelas eram verdadeiros genocídios e que essas mortes não eram anunciadas e nem viravam estatísticas. Com relação à Rede Globo o seu relacionamento foi em função do lançamento do livro “Falcão, meninos do tráfico”. O Senhor Bill encerrou a sua fala alegando que não pensar nesses jovens era não pensar no Brasil. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores MV Bill e Celso Athayde. O conselheiro Cláudio lamentou a alteração da pauta e o atraso dos visitantes, alegando que os mesmos encontravam-se no Ministério, desrespeitando assim o horário assumido. Para o conselheiro a fala do visitante não havia contribuído em nada por falta de uma reflexão mais profunda sobre o assunto em função do atraso ocorrido. Alegou que a Assembléia do Conanda havia sido preterida. A conselheira Elisabete endossou a fala do Conselheiro Cláudio e propôs “nota de repúdio” contra a forma como a SEDH tratou o Conanda, trazendo o Senhor M.V> Bill com uma hora de atraso à Assembléia, e não permitindo que o mesmo dialogasse com os Conselheiros, sob a alegação de que perderia o voo já marcado. Destacou ainda a conselheira, que essa forma de condução da visita, adotada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, mais parecia uma “jogada de marketing” do que uma intenção real de trabalhar para a transformação da situação de crianças e adolescentes com seus direitos violados tão bem denunciado na obra do Senhor M.V. Bill. Propôs ainda que os conselheiros da sociedade civil fizessem uma síntese do acontecido para divulgação junto a rede. Dando continuidade ao debate o Senhor Presidente apresentou o Senhor Ricardo Balestreri, representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública. O Senhor Ricardo cumprimentou a todos e em seguida fez um breve relato das ações que estão sendo desenvolvidas pelo Ministério da Justiça / SENASP, ressaltando a transformação da segurança

pública no Brasil através de um processo educativo e que, a questão da criança e do adolescente estava inserida dentro dos direitos humanos. Ressaltou, ainda, sobre a nova matriz curricular nacional para policiais operadores de segurança pública, permeada pela formação em direitos humanos. Informou que a Senasp já implantou sessenta e três telecentros sendo que, seiscentos mil operadores já haviam sido capacitados por meio do ensino à distância fundamentados nos direitos humanos. Foi informado também sobre a execução das jornadas nacionais de direitos humanos itinerantes, sendo atendidos três mil e oitocentos policiais além das lideranças corporativas. Para estes eventos foram estabelecidos critérios qualitativos. Além disso, a proposta da Senasp era trabalhar a integração dos policiais, a criação de corregedoria única e ouvidorias específicas para policiais. Por fim, o Senhor Ricardo concluiu reafirmando que o processo em curso levará a uma mudança de paradigma na segurança pública. O Senhor Presidente agradeceu a exposição do palestrante e em seguida abriu o debate à plenária. A conselheira Elisabete indagou se havia ações para apuração do extermínio na cidade de Ribeirão Preto, alegando que o Grupo de Trabalho específico do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH havia enviado o relatório à Senasp com uma série de recomendações sobre o assunto. O conselheiro Cláudio questionou sobre a atuação da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SPDCA na formação dos policiais que atuam nos Centros de Internação para Adolescentes Infratores e sobre a capacitação dos Guardas Municipais. O conselheiro propôs unidade para os policiais que atuam nesses Centros. A conselheira Thereza também reforçou a necessidade da qualificação dos policiais nos Centros de Internação, tendo em vista a violação dos direitos desses adolescentes nas referidas unidades. O Senhor Ricardo esclareceu sobre as dificuldades da Senasp em atuar no caso de São Paulo / Ribeirão Preto. Ressaltou os avanços tecnológicos em alguns Estados citando como exemplo a implantação de satélites nas viaturas, introdução de armas não letais e os cursos itinerantes não mais centralizados em Brasília, embora reconhecesse que essa interseção ainda era pequena. Com relação a SPDCA, informou que a parceria tem sido feita para capacitação e aquisição de equipamentos para as delegacias especializadas de proteção a crianças e adolescentes. Com relação às Guardas Municipais, as mesmas são capacitadas juntamente com os policiais. Acrescentou que, os Centros de Internação estão incluídos na mesma tecnologia utilizada e que a grande mudança somente irá ocorrer a médio e longo prazo. A conselheira Cristina destacou a questão da segurança pública nas marchas ocorridas no ano passado e sobre o documento entregue ao Governo Federal, abordando a questão racial alegando que a luta racista é uma questão de direitos humanos. A conselheira também lamentou o episódio MV Bill alegando a falta de tempo para as proposições. O conselheiro Helder solidarizou-se com os conselheiros Cláudio e Elisabete pelo pouco tempo para o debate. Com relação à apresentação da Senasp, alegou que as ações em execução ainda eram pouco sentidas por serem ações educativas e que estas terão resultados a longo prazo. Indagou ao palestrante o que poderia ser feito a curto prazo para se evitar a violência praticada pela instituição e as mortes dos adolescentes. O conselheiro Romão parabenizou a atuação do Senhor Ricardo na Senasp, enfatizando que o seu trabalho é uma luz no Ministério da Justiça e que o seu papel era pensar no que resta ser feito. A conselheira Marta ressaltou a importância de se descobrir o valor da pessoa humana na representação federativa e a necessidade de se trabalhar a dignidade humana, que isto deveria partir de cada um. Falou das visitas pela OAB e pelo Conselho Federal de Psicologia nas Unidades de Internação de vinte e cinco Estados brasileiros. Nestas visitas pôde-se observar a falta de capacitação nas Unidades e a necessidade de se trabalhar a dignidade humana. Alertou pela falta de condições que os Estados tem dado aos seus profissionais. A Senhora Elena, representante do Unicef alegou que a sua expectativa era discutir a questão da violência com o Conanda e que a sua preocupação era saber que ação articulada poderia ser feita para a sua integração. Propôs que esse debate fosse contínuo para dar os encaminhamentos de ações conjuntas SPDCA / Senasp / MEC / Saúde / MDS. Questionou em que medida a capacitação pode ajudar as estratégias de repressão e quais as estratégias de intervenção. Qual o Impacto do genocídio do adolescente negro? A conselheira Júlia Deptulski abordou a questão do crime organizado no Estado do Espírito Santo e da impunidade dos policiais que cometem violência contra crianças e adolescentes naquele Estado. Parabenizou a Senasp pelo investimento na área de capacitação dos policiais. Ressaltou a questão do corporativismo dos policiais, alegando a importância de não só falar de direitos humanos porém, de se garantir esses direitos. A Subsecretária Carmen esclareceu que a vinda do músico MV Bill

estava agendada com a SPDCa, razão do motivo do atraso. Esclareceu que no próximo dia onze os Secretários Executivos dos Ministérios iriam se reunir para discutir uma agenda para a juventude e que no próximo mês de maio estariam apresentando ao Conanda proposta dessa ação conjunta. O Senhor Ricardo respondeu aos questionamentos ressaltando que, não havia outra estratégia para transformar o país que não fosse a educação. Para ele, se não trabalhar com os operadores do sistema não haverá transformação. Com relação à questão racial o tema já está presente nos programas de capacitação. Com relação as mortes dos adolescentes alegou que podem ser reduzidos os danos mas não acreditava que as mesmas iriam acabar. Quanto às estratégias de pressão, voltou a frizar que a mesma passa pelo processo de educação. Ele abordou a questão da autonomia da polícia e no aumento do seu efetivo. O conselheiro Renato propôs ao Conanda solicitar à SPDCa informações sobre a atuação do programa para crianças e adolescentes ameaçados de morte e a inclusão do Conanda no Grupo de Trabalho Ministerial para elaboração da agenda da juventude, tendo a sua proposta sido endossada pelos conselheiros Helder e Maria das Graças (Marilene). Mediante as explicações da Senhora Secretária Carmen a conselheira Elisabete retirou sua proposta sobre a “nota de repúdio”. O conselheiro Amarildo esclareceu que a criação do Grupo de Trabalho Ministerial era uma ação de governo e papel do Estado portando, competia à SPDCa a iniciativa do processo de discussão com a Secretaria Nacional da Juventude. Esclareceu ainda que o debate havia sido conduzido pela Secretaria-Geral da Presidência da República e posteriormente o documento seria submetido ao Conanda. A Senhora Elena sugeriu que, o documento apresentado no ano passado sobre o texto base para preparação da plataforma brasileira de metas e ações para redução da violência contra crianças e adolescentes estava concluído pelo Unicef, fosse repassado ao GT como subsídio. A Senhora Cristina, representante da Senasp se propôs a fazer o levantamento sobre a atual situação do ensino à distância para repassá-lo aos conselheiros. O Senhor Presidente propôs que fosse feitas articulações entre o Unicef, SPDCa e Secretaria-Geral da Presidência da República para a reunião dos onze ministérios e que fosse indicada a Senhora Carmen para representar o Conanda. O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Ricardo pela importante apresentação.

VII – Apresentação do relatório dos resultados da consulta pública da classificação indicativa de televisão, realizada pelo DEJUS: O conselheiro e Diretor do Departamento de Justiça, Classificação e Títulos fez uma breve retrospectiva do programa e das ações do Ministério da Justiça nessa área e em seguida, fez a explanação do resultado da consulta pública esclarecendo que era dever do Ministério da Justiça exercer a classificação indicativa, por se tratar de uma norma processual e que as emissoras tinham o dever de exibir essa classificação. O conselheiro apresentou também uma conceituação sobre a classificação, citando os direitos e deveres do Estado (Ministério da Justiça) e da sociedade / emissoras, ressaltando seus aspectos normativos, tais como: a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e outros. Ressaltou que era dever do Ministério da Justiça exercer a classificação indicativa de forma democrática e objetiva em co-responsabilidade com a família e que era dever da TV aberta e fechada exibir programas de acordo com a classificação, capaz de garantir à pessoa e à família a possibilidade de se defender de diversões inadequadas, bem como uma informação consciente, de caráter pedagógico para que os pais realizassem o controle da programação. O conselheiro apresentou planilhas detalhando todos os resultados da consulta, de forma clara e objetiva, favorecendo a compreensão de todos. O Senhor Presidente abriu o debate, tendo sido registrado inúmeras manifestações dos conselheiros elogiando a forma didática da apresentação. Foi sugerida a criação de redes para o monitoramento do programa, tendo sido esclarecido pelo conselheiro Romão que isto não era atribuição do Ministério da Justiça porém, que a rede do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente e o Conselho Tutelar irão ajudar nesse controle social e que a população deverá agir nesse sentido. Saliu que o Ministério Público tem ajudado muito nessas questões reforçando o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Senhor Presidente agradeceu o conselheiro Romão pela importante apresentação.

VIII – Relato dos trabalhos das Comissões Temáticas: 1) Comissão de Orçamento e Finanças: a) inicialmente foi discutida a minuta de resolução que dispõe sobre critérios para aplicação de recursos do orçamento de dois mil e seis, da SPDCa e do FNCA. A Subsecretária Carmen propôs discutir alguns pontos levando-se em conta prioridades indicadas pelo Senhor Ministro Paulo Vannuchi no sentido de buscar uma maior aproximação com a sociedade civil por meio de ações propositivas e de se buscar unidade de trabalho alegando que o orçamento era a interação desses pontos. Para a Subsecretária, a SPDCa não se

visualizava na resolução proposta. Falou do interesse da SPDCA no mapeamento nacional sobre o atendimento das medidas sócioeducativas em meio aberto e das ações do PAIR voltadas para a exploração sexual contra crianças e adolescentes e do controle do Mercosul para o apoio à este programa. Ela questionou se a SDPCA teria que ficar condicionada ao Edital. O Senhor José Fernando esclareceu que desde o mês de outubro passado o Conanda vinha discutindo a questão da Resolução. No mês de março do ano em curso havia sido deliberado pela plenária que não haveria novo Edital e que a aplicação dos recursos deste exercício, tanto da SPDCA com do FNCA destinados aos programas de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e do atendimento sócioeducativo ao adolescente em conflito com a lei, priorizando os projetos apresentados e selecionados por meio da resolução cento e um, de março de dois mil e cinco, e não haviam sido conveniados. Vários conselheiros complementaram que o processo que definiu a aprovação do edital havia sido muito rico e que o não atendimento do Edital (com critérios únicos para os recursos do FNCA e da SPDCA, assim como a aprovação de todos eles pelo Conanda) seria um retrocesso ruim para o sistema de garantia de direitos. Foi informado ainda que, este processo havia sido definido através do planejamento estratégico do Conanda, considerando o maior avanço do Conselho. A Subsecretária fez questão de ressaltar que a sua solicitação não era para reavaliação do Edital, mas sim, a de inclusão de novas ações de interesse da SPDCA. Após os argumentos prós e contra apresentados a plenária entendeu que as novas ações propostas não quebrariam o acordo do Edital aprovando assim, a referida resolução com alterações pertinentes; b) Edital/2006, para aprovação de projetos esportivos sociais: o Edital foi aprovado, com os devidos ajustes; c) Comissão de Chancela: A Secretaria Executiva do Conanda deverá encaminhar ofício ao Ministério do Esporte solicitando a substituição dos conselheiros Thereza de Lamare e Pedro Ost na referida Comissão. Os demais pontos do relatório não foram apresentados tendo em vista a escassez de tempo. 2) Comissão de Legislação e Regulamentação: a) Posição de Repúdio: vários conselheiros manifestaram posição de repúdio pelas declarações do Senhor Governador do Estado de São Paulo o qual atribuiu aos operadores dos direitos humanos os problemas das rebeliões na Febem - São Paulo; b) Análise das Medidas Cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre o Cajé: A Comissão recebeu representantes da Secretaria Distrital de Ação Social /Seas, que compareceram à reunião em caráter não oficial. Foi informado que, após análise dos documentos das Cautelares sobre o Cajé, do ofício encaminhado pelo Senhor Secretário Distrital de Ação Social à SPDCA e das informações fornecidas pelos representantes da SEAS, concluiu-se que os informes contidos no referido ofício não versavam sobre o conteúdo das Cautelares da Comissão Interamericana. Neste sentido, propôs que o Conanda encaminhasse ofício a SEDH, pedindo que a mesma solicitasse a SEAS informações precisas, em respeito ao conteúdo das Cautelares, bem como a plenária deliberasse para que a Comissão efetuasse diligência, em caráter de inspeção, ao Cajé. Foram aprovados os nomes dos conselheiros Cláudio e Júlia Deptulski para efetuarem a referida inspeção no Cajé e no SOS Criança, a pedido da Deputada Erica Kokay, tendo em vista a precariedade do atendimento. O Conselheiro Renato propôs que fosse entregue à Presidência da República os relatórios da Anced e da OAB / Conselho Federal de Psicologia, ambos contendo os resultados das visitas às unidades de internação de adolescentes infratores. A proposta fora aprovada por unanimidade com proposta de agenda para o mês de julho do corrente ano. O Senhor Paulo Marques, Secretário Executivo do Conanda complementou, informando que a SPDCA já havia considerado as informações insuficientes e solicitado os esclarecimentos cabíveis. Esclareceu que estas informações eram enviadas mensalmente. A conselheira Maria Izabel solicitou que os conselheiros pudessem ter acesso ao referido documento. Neste momento da Assembléia esteve presente o Senhor Ariel de Castro Alves, da OAB, solicitando ao Conanda a realização de uma Assembléia Extraordinária para tratar das questões internacionais relacionadas à Febem e ao Cajé, com a participação dos órgãos peticionários das Medidas Cautelares. Ressaltou a questão do Convênio da SEDH com a Prefeitura Municipal de São Paulo para execução das medidas sócioeducativas em meio aberto naquela cidade, cuja vigência já havia expirado e que os adolescentes não estavam sendo atendidos. O conselheiro Amarildo registrou que todas as demandas internacionais estavam sendo discutidas no Conanda, ressaltando as dificuldades de negociações com o Estado de São Paulo. O Senhor Paulo Marque acrescentou que a Presidente da Febem havia garantido que todos os adolescentes estavam sendo atendidos até que fosse formulado novo Convênio. O Senhor

Presidente José Fernando também ressaltou sobre as negociações com a Febem-São Paulo e sobre as providências já tomadas pelo Conanda em relação às Cautelares. O conselheiro José Eduardo considerou retrocesso nas questões relacionadas à Febem e propôs que o MDS fosse incorporado nas discussões sobre as medidas sócioeducativas em meio aberto, já que a mesma é de atribuição do MDS. Apesar das argumentações apresentadas, o Senhor Ariel insistiu na proposta de Assembléia Extraordinária. Neste sentido, a Comissão ficou de analisar uma data específica para a realização da mesma.

3) Comissão de Articulação e Comunicação: a) discussão sobre as Resoluções nº 105/106: Foi informado sobre a realização de duas reuniões com a presença do ex. Assessor Técnico Francisco Brito e com a Senhora Eliana Crisóstomo da Oscip NASCE, para discutir as divergências entre as Resoluções publicadas no Diário Oficial da União e a Brochura. As alterações verificadas na Brochura foram justificadas como melhoria e avanço de conteúdo e que ambos propuseram a manutenção da Brochura, bem como a republicação das Resoluções de acordo com a mesma. A Comissão não concordou com as sugestões apresentadas e propôs a elaboração de um quadro síntese enfocando as divergências, bem como a elaboração de nova Resolução incorporando os avanços e que fossem revogadas as referidas Resoluções. Foi solicitada a retirada dos documentos do site do Conanda e a inclusão da nova Resolução; b) Reapresentação do Projeto da Andi: Comunicação para o desenvolvimento - Midia, Infância e Adolescência no Semi-Árido: Foi informado que o projeto previa, a realização de oficinas, para apresentação e discussão da minuta do plano sobre o site do Conanda, a formulação de parcerias, a produção de boletins, a mobilização de profissionais de comunicação, a disponibilização de conteúdos produzidos, e a oficinas de capacitação para comunicação de ONGS que trabalham na área da criança e do adolescente na região do semi-árido. Foi discutida pela plenária a data de realização da oficina agendada para o período de onze a treze de julho, tendo em vista as comemorações do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. O conselheiro Amarildo ressaltou a necessidade da Comissão de Orçamento e Finanças em avaliar a questão orçamentária do projeto, bem como que a SPDCA fizesse a análise técnica do mesmo para as adequações necessárias, no que tange as formalidades do Convênio a ser pactuado. As demais ações não foram apresentadas por falta de tempo hábil.

4) a) Comissão de Políticas Públicas: a) oficina sobre a medida provisória duzentos e cinquenta e um – Escola de fábrica, Decreto aprendiz e Consórcio da juventude. Foi proposto e aprovado que o Grupo de Trabalho se reunirá no dia quinze de maio, na Cidade de Manaus, onde será realizada a Assembléia Descentralizada do Conanda; b) Assembléia Descentralizada: A minuta de pauta foi debatida, tendo sido aprovada com alterações excluindo a Assembléia específica do Conanda, e utilizando o tempo disponível para debater questões relacionadas à crianças e adolescentes à nível de Estado, inclusive com a sugestão de que a pauta fosse construída conjuntamente, Conanda e Conselho Estadual. Foi sugerido ainda estender o convite aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Região Norte, sendo que no primeiro dia seriam discutidos temas regionais e no segundo dia o tema “combate a exploração sexual de crianças e adolescentes”: c) Encontro Quilombinho: A Comissão propôs a data de cinco e seis de junho para a realização do Seminário, com a participação de quatrocentas pessoas, das quais cem crianças e adolescentes. A abertura do evento está prevista para ser realizada no Palácio do Planalto. Foi lembrado pela Comissão, sobre a necessidade do Conanda/ SPDCA, garantir recursos para contratação da empresa que fará a organização do evento, incluindo aluguel do espaço físico e a publicação dos anais. O Secretário Executivo Paulo Marques esclareceu que não havia tempo hábil para a realização do evento na data proposta, considerando a necessidade de ajuste no projeto e os tramites legais para conveniamento. A conselheira Cristina informou sobre a necessidade de se consultar a entidade proponente do evento, ponderando os vários adiamentos do mesmo. Foi deliberado que a Seppir e demais parceiros refizessem o projeto e posteriormente o seu reencaminhamento a SPDCA, para os demais procedimentos de convênio. Foi agendada a próxima reunião do GT para o dia vinte e cinco de abril próximo, com a participação dos conselheiros Antonio e Júlia Deptulski; d) Fórum Nacional de Defesa da Saúde da Criança e Adolescente Indígenas: Foi deliberado que o conselheiro Amarildo representará o Conselho no referido evento; e) I Conferência Nacional dos Povos Indígenas: A conselheira Beatriz foi indicada para representar o Conanda na abertura do evento enquanto sociedade civil e a conselheira Cristina Guimões foi indicada para participar dos demais dias, como representante do governo. O conselheiro Pedro Ost informou que estava deixando o Conanda para assumir outras

atribuições na sua Instituição de origem. Agradeceu pela oportunidade de poder participar do Conselho, dizendo que muito aprendeu e tudo do que pode fazer em prol da criança e do adolescente. O Senhor Presidente em nome do Colegiado agradeceu a participação do conselheiro, desejando sucesso na sua nova missão. Vários conselheiros manifestaram os seus apreços pelo conselheiro. Os demais itens propostos no relatório da Comissão não foram apresentados por falta de tempo hábil. Não tendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

José Fernando da Silva
Presidente do Conanda